

## **FREIRE, Muniz**

\*const. 1891; dep. fed. ES 1891-1892; pres. ES 1892-1896 e 1900-1904; sen. ES 1904-1915.

*José de Melo Carvalho Muniz Freire* nasceu em Vitória a 13 de julho de 1861, filho de Manuel Feliciano Muniz Freire e de Maria Emília de Melo Muniz Freire. Seu pai, engenheiro, foi deputado provincial, redator e um dos proprietários do jornal do Partido Liberal nos anos 1860. Sua mãe pertencia a uma família poderosa de Vitória.

Órfão ainda na infância, foi criado pelos avós maternos, José de Melo Carvalho e Emília Maria Pinto de Melo. Estudou em Vitória, no Ateneu Provincial, e ainda estudante participou da fundação de dois jornais literários. Em 1877 iniciou o curso da Faculdade de Direito do Recife, mas concluiu o bacharelado na de São Paulo, em 1881. Nas duas escolas continuou sua atividade jornalística, tornando-se, na última, redator-chefe do jornal dos estudantes liberais, *O Liberal Acadêmico*.

Em 1882 voltou a Vitória, já casado com Colatina Soares de Azevedo, jovem da elite paulista, neta do barão de Paranapanema. Em dezembro do mesmo ingressou na Loja Maçônica União e Progresso, da qual se tornaria membro influente. Abriu um escritório de advocacia junto com Afonso Cláudio de Freitas Rosa, e fundou, junto com Cleto Nunes, o primeiro jornal diário capixaba, *A Província do Espírito Santo* (depois *Estado do Espírito Santo*). Engajou-se na campanha abolicionista e foi eleito deputado provincial pelo Partido Liberal. Em seguida integrou a Câmara Municipal de Vitória, que chegou a presidir. Em 1885, escreveu uma série de cartas a dom Pedro II, protestando contra medidas contrárias aos interesses do Espírito Santo tomadas pelo governo central e relacionando a adoção de tais medidas à subordinação em que ficavam as províncias no regime imperial. Apelava ao imperador para que interferisse em favor do Espírito Santo. Publicadas em *A Província do Espírito Santo*, e depois em livro sob o título de *Cartas ao imperador*, as cartas tiveram grande repercussão.

Em 1888 voltou à Assembleia Provincial, onde foi um dos mais influentes deputados,

embora pertencesse à minoria. No mesmo ano participou como delegado do congresso do Partido Liberal, no qual foi um dos poucos que defenderam Rui Barbosa em suas propostas reformistas, que incluíam a autonomia das províncias. Em 1889 foi eleito deputado geral, mas a proclamação da República impediu o funcionamento do parlamento.

No governo de Afonso Cláudio (1889-1890), foi convidado para integrar a comissão encarregada de elaborar um projeto de constituição para o estado, e foi um dos principais autores desse projeto, que vigorou como Constituição provisória enquanto o partido de Afonso Cláudio esteve no governo. Quando se procedeu à reorganização partidária, em razão da dissolução obrigatória dos antigos partidos do Império, ligou-se ao Partido Republicano, que perdeu alguns de seus mais importantes membros devido à divisão ocorrida no congresso partidário realizado em maio de 1890. Muniz Freire recusou-se a participar desse congresso, mas certamente contribuiu para seu resultado, pois nos bastidores se travava uma disputa entre a sua liderança e a dos chefes de Cachoeiro de Itapemirim, Bernardo Horta e Antônio Aguirre. Os dois deixaram o partido e os cargos de vice-governador que exerciam, integraram-se a uma articulação presidida pelo barão de Monjardim, ex-chefe do Partido Liberal, e fundaram a União Republicana Espírito-Santense (URES). Por sua vez, a corrente de ex-liberais liderada por Muniz Freire, juntamente com o Partido Republicano que saíra do congresso engrossado por alguns ex-liberais e ex-conservadores, fundou o Partido Republicano Construtor (PRC), presidido por Muniz Freire, que apoiava o governo de Afonso Cláudio. A URES e o PRC travaram uma aguerrida luta política na eleição para o Congresso Nacional Constituinte, em 15 de setembro de 1890, e o PRC elegeu toda a pequena bancada capixaba (dois deputados, três senadores), que incluiu Muniz Freire como deputado.

Empossado em 15 de novembro de 1890, Muniz Freire foi um parlamentar ativo em defesa da liberdade de imprensa, do Estado laico, do federalismo e do liberalismo econômico, e integrou a oposição que se formou na Constituinte ao governo de Deodoro da Fonseca, a quem apoiava no início. Quando, aprovada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, realizou-se no dia seguinte a eleição indireta do presidente da República, convenceu a

bancada capixaba, exceto o capitão Ataíde Júnior, deputado ligado a Deodoro, a votar no candidato opositorista, Prudente de Moraes. Entretanto, as ameaças de golpe caso o marechal não fosse eleito fizeram a maioria da oposição recuar e dar-lhe a vitória, ainda que marcando posição por meio da eleição do vice da chapa opositorista, Floriano Peixoto. A represália não demorou: os estados cujas bancadas haviam votado em Prudente de Moraes tiveram seus governadores depostos. Foi o caso de São Paulo, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, onde o governador Henrique Coutinho, do PRC, foi substituído em 11 de março por Antônio Aguirre, da URES. No poder, a URES alterou a correlação de forças no estado, elegeu uma Constituinte unânime e logo promoveu a eleição do barão de Monjardim, que tomou posse no governo estadual em 7 de junho.

O barão de Monjardim apoiou o chamado golpe de Deodoro, ou seja, o fechamento do Congresso em 3 de novembro de 1891, e passou a reprimir a oposição. Entretanto, quando Deodoro renunciou, 20 dias depois, e foi substituído pelo vice-presidente Floriano Peixoto, enfrentou uma rebelião dirigida pelo PRC em aliança com as forças do Exército sediadas no estado. Passou então o poder a Aguirre, que foi deposto a 19 de dezembro, quando se formou uma junta governativa para dirigir o estado. A Assembleia foi dissolvida, foram convocadas eleições para uma nova Constituinte, e dessa vez foi o PRC que formou uma assembleia unânime. A nova Assembleia votou uma Constituição tendo como base o projeto de cuja elaboração participara Muniz Freire, e em 2 de maio de 1892 elegeu o próprio Muniz Freire presidente do estado.

#### NO GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo atravessava então uma fase inédita de prosperidade, devida à expansão do café e à alta de seu preço, e se beneficiava do aumento substancial da receita e da autonomia obtida com a República. Muniz Freire apostou nas possibilidades que pareciam se abrir para o desenvolvimento do estado e procurou implementar um projeto nesse sentido, tendo como ponto essencial a transformação de Vitória num importante centro comercial e financeiro, para o qual convergisse a exportação de café de todo o estado

e ainda parte da de Minas Gerais. Para isso traçou um programa de ferrovias convergindo para a capital, de obras públicas para torná-la uma cidade moderna, e tentou negociar com a União a realização de um projeto existente para seu porto. Iniciou a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, que ligaria Cachoeiro de Itapemirim a Vitória, e assinou um convênio com o presidente de Minas para a execução da ligação ferroviária entre os dois estados. Construiu importantes prédios públicos, abriu novas vias em Vitória, deixando outras obras iniciadas, e renegociou um contrato do governo de Afonso Cláudio com a Companhia Torrens para a instalação dos serviços de abastecimento de água e de esgoto, além de um aterro. Assinou um contrato com outra empresa para a iluminação pública, que era muito deficiente. Ainda visando ao desenvolvimento de Vitória, encomendou ao engenheiro sanitarista Saturnino de Brito um projeto para a expansão da cidade na direção das praias, ao norte do centro, o Novo Arrabalde.

Outro ponto do programa de Muniz Freire foi a imigração europeia. Introduziu grandes contingentes de imigrantes no estado, aliviando a falta de mão de obra nas fazendas, mas criando também núcleos coloniais de pequenos proprietários que, passadas as dificuldades iniciais, tiveram forte desenvolvimento. Promulgou a primeira lei de terras do estado, visando a facilitar a legalização das posses e o acesso à terra para pequenos proprietários.

Muniz Freire conquistou grande popularidade no estado e consideração na imprensa e na política da capital federal. Porém a apresentação de um projeto na Assembleia para permitir sua reeleição encontrou forte rejeição e, apesar de ter sido retirado, fez nascer uma dissidência no PRC. Concluiu seu mandato deixando as finanças em ordem, com um fundo destinado à construção da ferrovia, proveniente de um empréstimo contraído no exterior ainda não utilizado, e elegeu seu candidato à presidência do estado, Graciano Santos Neves, a quem transmitiu o governo em 23 de setembro de 1896.

Muniz Freire recebeu então uma missão oficial, de realizar operações financeiras referentes à dívida externa e à compra de material para a ferrovia. Logo, porém, num momento em que o Espírito Santo apenas iniciava seu desenvolvimento, teve início a baixa do preço do café no mercado mundial, desencadeando uma crise prolongada que atingiu a economia

brasileira e arruinou a economia capixaba. Frustraram-se as expectativas de Muniz Freire, e seu projeto só viria a se tornar realidade muitos anos depois.

Em 1899 Muniz freire regressou ao Espírito Santo e se dedicou à reunificação de seu partido, o PRC, em crise na sua ausência. A recomposição se deu em torno de sua candidatura a um novo mandato no governo do estado. Eleito, tomou posse em 23 de maio de 1900 e governou enfrentando as adversidades financeiras, com o preço do café em baixa e o estado sofrendo uma prolongada seca que fez cair a produção. Empenhou-se em reduzir despesas e pagar dívidas, mas não pôde cobrir uma parcela do empréstimo externo e necessitou da ajuda do governo federal, que foi muito duro com o Espírito Santo e ainda usurpou o direito do estado de cobrar o imposto de exportação das areias monazíticas, que começavam a ser exploradas.

Terminou seu governo desgastado e apoiou a candidatura de Henrique Coutinho à sua sucessão. Com a eleição deste, abriu-se uma vaga no Senado e Muniz Freire foi eleito para ocupá-la. Deixou o governo em 23 de maio de 1904 e tomou posse como senador, mas já em 1905 entrou em choque com Coutinho, que procurou cortar sua influência na política estadual. As forças políticas se dividiram entre os dois chefes e, na eleição federal de 1906, Muniz Freire apresentou uma chapa dissidente ao Congresso Nacional, tendo ele próprio como candidato ao Senado. Apesar do reconhecimento da chapa governista em âmbito estadual, os candidatos dissidentes foram os reconhecidos pelo Congresso Nacional.

Muniz Freire continuou assim no Senado até 1915. Sua influência na política capixaba declinou, porém, sobretudo com a subida ao poder de Jerônimo Monteiro (23 de maio de 1908) e o controle da oligarquia local pela família deste. No Senado, teve uma atuação destacada, participando das discussões de questões importantes, inclusive na Comissão de Finanças, onde apresentou projeto sobre a Caixa de Conversão (1910), defendeu o voto secreto sobre o qual também apresentou projeto (1913), e fez oposição a Jerônimo Monteiro, com denúncias que tiveram forte repercussão (1912) e provocaram uma polêmica entre ele e Bernardino Monteiro no plenário. Em 1912, Muniz Freire foi um dos líderes da oposição à candidatura de Marcondes Alves de Sousa a presidente do estado.

Após a dissolução do partido que fundara, o PRC, em 1908, permaneceu sem partido até 1913, quando se ligou ao Partido Liberal, de Rui Barbosa. Excelente jornalista, ao lado da atuação política manteve atividade na imprensa, no início, a capixaba, depois a da capital federal. É patrono de uma cadeira na Academia Espírito-Santense de Letras.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 3 de maio de 1918. De seu casamento com Colatina teve 10 filhos.

Além de *Cartas ao imperador* (1885) e de diversos discursos, publicou *A Constituinte de 1892* (1892), *A Caixa de Conversão* (1910), *O voto secreto* (1910) e *A existência política dos estados* (1913).

*Nara Saletto*

FONTES: BASÍLIO, M. *Vida; Comércio do Espírito Santo* (1894-1909); *Estado do Espírito Santo* (1890-1904, 1909); *Jornal Oficial* (1905-1907); PEREIRA, A. *Homens; Cachoeirano* (1912-1913); RIBEIRO, D. *Busca*; RIBEIRO, F. *Academia*; SENADO. *Dados biográficos dos senadores*.